

HABEAS CORPUS Nº 561.527 - SP (2020/0034966-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SANDRO OSMAR GOMES SPOSITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de SANDRO OSMAR GOMES SPOSITO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *writ* na origem, em acórdão assim ementado (fl. 179):

Responsabilidade penal do paciente deve ser decidida no curso da ação penal - Matéria de prova - Estreita via do "habeas corpus" que não comporta dilação probatória - Alegação não conhecida.

DECISÃO FUNDAMENTADA - Desde que a permanência do réu em liberdade possa dar motivo a novos crimes o. cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Jui manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública Indícios de autoria e prova da materialidade. Primariedade, residência fixa e trabalho lícito são circunstâncias que não impedem a medida constritiva Inexistência de constrangimento ilegal. Impetração parcialmente conhecida e, nesta, ordem denegada.

Consta dos autos denúncia pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, § 2º-A, I, do CP.

Argumenta o impetrante, em suma, a falta de indícios da prática do crime e ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, bem como a existência de doença grave, sendo possível a substituição por prisão domiciliar ou a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão de *habeas corpus* para revogar a custódia ou, subsidiariamente, a substituição por custódia domiciliar ou cautelares diversas.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela *denegação da ordem*.

Na origem, o processo n. 1521365-51.2019.8.26.0590 está em fase de instrução, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 31/3/2020.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Dispôs o decreto preventivo (fl. 39):

[...] I - Adoto a manifestação do Ministério Público (fls. 50/51) como fundamento para DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA do acusado SANDRO OSMAR GOMES SPOSITO. Expeça-se mandado de prisão.

Como já adiantado no exame da liminar, o decreto de prisão não traz qualquer motivação do caso concreto, fazendo uso de genérica regulação da prisão preventiva, e apenas apontando a manifestação ministerial, o que indica a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Ademais, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *habeas corpus* 216.659, ocorrido em 8/6/2016, com ressalva de compreensão pessoal, decidiu que a mera transcrição do parecer do Ministério Público não é apta a suprir a exigência constitucional de fundamentação das decisões judiciais, prevista no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente SANDRO OSMAR GOMES SPOSITO, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator